

EDITORIAL

Passos para o público seguro no Castelão

Ontem, pela quinta vez desde março de 2020, quando as restrições decorrentes da pandemia de Covid-19 começaram no Estado, a Arena Castelão recebeu público para um jogo de futebol. Foram cerca de 570 dias em que as torcidas de Ceará e Fortaleza tiveram de se manter longe do calor das arquibancadas apesar de as duas equipes cearenses serem hoje nomes de peso da Série A do Campeonato Brasileiro.

A retomada do público nos estádios cearenses se iniciou em 2 de outubro. O Governo do Estado permitiu o retorno dos torcedores, contanto seguissem regras rígidas — como o uso obrigatório de máscaras e a exigência da imunização completa (com dose dupla ou única de vacina). Ainda como evento-teste, o poder público permitiu que até 10% da capacidade total do Gigante da Boa Vista fosse ocupada. Assim, a partida entre Fortaleza e Atlético-GO podia ter até

6.200 torcedores in loco, ainda que “apenas” 2.785 tenham comparecido.

O caráter de evento-teste também valeu para o Ceará. Quatro dias depois, 2.810 alvinegros compareceram ao jogo do time contra o Internacional-RS. Já como espetáculo autorizado pelo Governo em decreto estadual, o Tricolor ainda recebeu público diante do Flamengo-RJ (4.052) e Grêmio-RS (3.499). Dentro do estádio foram raras as aglomerações, ao contrário do visto em dezenas de praças esportivas Brasil afora.

Com exceção da Bahia, que não liberou a torcida já na entrada de outubro, o Ceará foi o Estado com maior restrição para o público. Além da exigência de imunização total, a limitação a 10% da capacidade total era maior que a de qualquer praça esportiva de clubes da Série A.

Com a manutenção da desaceleração da média de infecções e mortes no Estado, a partir de ontem a autorização era para ocupação de 30% dos assentos do Castelão,

o que indica até 18.985 pessoas ao todo. Em confluência com a cautela indicada à população nos decretos de liberação, o público total foi maior, mas ainda tímido. Ao todo, 4.573 alvinegros assistiram à partida contra o Bragantino-SP, até pelo pouco intervalo entre flexibilização do decreto e realização do evento.

O avanço da flexibilização dos decretos de isolamento social levanta uma sensação de fim da pandemia e isso não se restringe ao estádio. O afã do reencontro, acumulado por um ano e sete meses de restrições por segurança sanitária, faz com que os riscos ressurgam.

As mudanças, entretanto, não significam o fim da ameaça do coronavírus. É uma realidade ainda presente, lembrada por quem ainda cumpre o isolamento à risca e que não pode ser esquecida por quem já se sente seguro para sair de casa. Alguns privilégios, como ver o time do coração em pé na arquibancada, dão

uma sensação de normalidade àqueles já imunizados.

Tradicionalmente, os times cearenses têm algumas das maiores médias de público do futebol brasileiro nos últimos anos. Ainda assim, a assiduidade do torcedor local ainda está a uma margem bem segura da capacidade total liberada. Neste domingo, por exemplo, foram 4.573 torcedores, diante de 18.985 liberados. Não é falta de paixão. É zelo do torcedor que, aos poucos e quando seguro, deve voltar a acender o Castelão de emoções.

O segundo passo, o aumento da capacidade, foi dado. Desta vez, o futebol finca o pé em terreno mais arenoso. O Governo do Estado anunciou que, a partir da próxima semana, a liberação chega a 50% da arquibancada do Castelão.

Para o avanço das duas primeiras fases, foi essencial a responsabilidade do torcedor que foi ao estádio. A premissa é a mesma para não darmos nenhum passo atrás. ■

OPOVO

FUNDADO EM 7 DE JANEIRO DE 1928
POR DEMÓCRITO ROCHA

PPRESIDENTE INSTITUCIONAL & PUBLISHER
Luciana Dummar

PRESIDENTE-EXECUTIVO
João Dummar Neto

DIRETORES-EXECUTIVOS DE JORNALISMO
Ana Naddaf
Erick Guimarães

DIRETOR DE JORNALISMO DAS RÁDIOS
Jocélio Leal

DIRETOR DE NEGÓCIOS E MARKETING
Alexandre Medina Néri

DIRETOR DE ESTRATÉGIA DIGITAL
Filipe Dummar

DIRETORA DE GENTE E GESTÃO
Cecília Eurides

DIRETOR CORPORATIVO
Cliff Villar

EDITORIALISTA-CHEFE E
EDITOR DE DIVERSIDADE E INCLUSÃO
Plínio Bortolotti

EDITOR-CHEFE DE OPINIÃO
Guálter George

CONSELHO EDITORIAL

Adísia Sá; Diatáhy Bezerra de Menezes;
Fausto Nilo; Francisco José de Lima Matos;
Lino Villaventura; Manoel Oliveira;
Pedro Henrique Saraiva Leão;
Plínio Bortolotti; Raimundo Padilha;
Roberto Macedo; Valdemar Menezes;
Wânia Cysne Dummar

DIRETORIA DE JORNALISMO

DIRETORES-EXECUTIVOS
Ana Naddaf
Erick Guimarães

DIRETOR DE JORNALISMO DAS RÁDIOS
Jocélio Leal

EDITORES-CHEFES
Adailma Mendes, Chico Marinho, Cinthia
Medeiros, Clóvis Holanda, Cristiane Frota,
Érico Firme, Fátima Sudário, Fernando
Graziani, João Marcelo Sena, Renato Abê,
Regina Ribeiro, Tânia Alves e Thays Lavor

EDITORES-ADJUNTOS
Amanda Araújo, Amaurício Cortez, André Bloc,
Beatriz Cavalcante, Italo Coriolano, Joelma
Leal, Marcos Sampaio, Rubens Rodrigues,
Sara Oliveira e Thadeu Braga

EDITORIA DE MÍDIAS SOCIAIS
Glenna Cherice

REDATORA DE CAPA E FAROL
Domitilla Andrade

ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO
Daniela Nogueira

OMBUDSMAN
Juliana Matos Brito

EMPRESA JORNALÍSTICA O POVO S.A.
Av. Aguanambi, 282 - Joaquim Távora
CEP 60055-402 - Fortaleza - CE - PABX: 3254 1010
CNPJ: 07.222.565/0001-62
www.opovo.com.br

GALERIA DE PRESIDENTES



ATENDIMENTO
AO LEITOR E ASSINANTE
3254 1010
mercadoassinante@opovo.com.br

AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS: Agência Estado e Agência
France Press

DISTRIBUIDOR EXCLUSIVO EM BRASÍLIA:
MÍDIA DISTRIBUIDORA DE JORNALIS LTDA - Aeroporto
Internacional de Brasília Pres. Juscelino Kubitschek;
Setor de Locadoras, lote nº 14, salas 03 e 04;
CEP: 71608-900 - Brasília/DF;
Telefone: (0XX61) 364 9900. Fax: (0XX61) 364 9901
E-mail: idiadistribuidora@grupomidia.com.br

PREÇO DO EXEMPLAR NO CEARÁ:
segunda a sábado: R\$ 3,00; domingo: R\$ 4,00
OUTROS ESTADOS DO NORDESTE:
segunda a sábado: R\$ 4,50; domingo: R\$ 8,00
OUTROS ESTADOS:
segunda a sábado: R\$ 5,50; domingo: R\$ 10,00
ASSINATURA ANUAL: R\$ 1.132,00



ARTIGOS

Quem cala consente



Fernando Costa

Sociólogo e publicitário

Sociólogo e
publicitário

Nascido no final dos anos 50 do século passado, trago em mim uma carga de preconceitos com os quais vivo em constante conflito. Já derrotei alguns, outros, varro constantemente para baixo do tapete do meu comportamento cotidiano e, como me ensinou minha mãe, “se você não é educado, finja que é que um dia você acabará sendo.”

Confesso que tenho preconceito com o tal “lugar de fala”, acho que todos, todas e todes têm o direito de opinar e falar sobre tudo. Calar sobre assassinatos

e agressões sofridas por grupos chamados, ou tidos, como minoritários, étnicos e sobre todo e qualquer tipo de preconceito sofrido por qualquer pessoa, me lembra o famoso texto de Martin Niemöller, erroneamente

atribuído a Bertold Brecht: “Um dia vieram e levaram meu vizinho que era judeu. Como não sou judeu, não me incomodei. No dia seguinte, vieram e levaram meu outro vizinho, que era comunista. Como não sou comunista, não me incomodei. No terceiro dia, vieram e levaram meu vizinho católico. Como não sou católico, não me incomodei. No quarto dia, vieram e me levaram. Já não havia mais ninguém para reclamar.”

Eu sei que você tem uma tonelada de argumentos para sustentar a tese do lugar de fala, mas eu não posso me calar diante do absurdo veto imposto por Bolsonaro a milhões de mulheres brasileiras, pobres e miseráveis, expostas a infecções por não terem condição de comprarem absorventes quando menstruem.

Em pesquisa realizada pela marca Sempre Livre, no Brasil, constatou que da totalidade de entrevistadas 39% afirmaram pedir

um absorvente emprestado como se fosse um segredo e tentam esconder de alguma forma que estão menstruadas. 66% param de praticar esportes, apenas 22% não têm medo de levantar durante a aula no período menstrual e somente 24% não acham a menstruação nojenta. Diante dessa realidade, o governo federal simplesmente vetou o projeto de lei aprovado pelo congresso nacional que determinava a distribuição gratuita de absorventes higiênicos. Bolsonaro sendo mais uma vez Bolsonaro.

Mas onde estávamos nós nos últimos 20 anos que nunca paramos para pensar sobre a miséria menstrual?

Só quem menstrua sabe o que é não ter um absorvente ou outro tipo de coletor menstrual. Diante desse fato, me calo e espero que as mulheres que menstruam e as que não, em 2022, interrompam o fluxo fascista que assola o país. ■

O timing das decisões de investimentos



Lauro Chaves Neto

lchavesneto@uol.com.br

Professor da Uece, PHD pela
Universidade de Barcelona
e Conselheiro Federal de
Economia

Grande parte da sociedade quando vai decidir sobre onde alocar as suas economias, geralmente, examina o histórico das diversas aplicações disponíveis nas instituições financeiras com as quais trabalha.

No entanto, em decisões de investimentos o importante é a expectativa sobre o futuro e a análise de cenários, enquanto que a rentabilidade passada é apenas uma das inúmeras variáveis a ser analisadas, o histórico de cada opção de investimento muitas vezes cria uma falsa expectativa sobre o

comportamento futuro. Não temos o número exato da rentabilidade do CDI, nesse ano, ou de outras aplicações que sejam atreladas

ao comportamento da Selic, porém será bem maior que a obtida no ano passado.

Se for analisado o histórico do Ibovespa, o comportamento é ainda mais difuso, terminou o mês de setembro com baixa de -6,57% e acumula queda de -6,75% no ano, mas para o período dos últimos 12 meses teve valorização de 17,51%. Já o CDI, teve rentabilidade de 0,44% no mês, o que levou a um acumulado de 2,99% em 12 meses. O que vai surpreender será a análise mensal, que alterna períodos de fortes altas com os de baixas abruptas.

Em 2016, o CDI chegou a 14%, em 2017, 9,95%, tendo uma trajetória descendente até acumular 2,76% em 2020. O resultado foi o desapontamento de investidores habituados a elevados retornos financeiros em opções de renda fixa, sem a necessidade de

assumir grandes riscos.

O ano de 2021 vai se aproximando do final, repleto de incertezas no front político nacional e na geopolítica internacional, ainda com impactos determinantes de toda a crise sanitária da pandemia.

Neste momento, pode-se olhar para o que passou e tomar uma das seguintes atitudes: ficar a lamentar-se, apenas reclamando da situação e culpando os outros pelas dificuldades, ou procurar ajustar o seu portfólio de aplicações financeiras, efetuando as correções necessárias, pois a vida é feita de escolhas! Caso a escolha tenha sido lamentar-se, boa sorte!

As suas decisões de investimentos devem sempre olhar para a frente, analisar os cenários e atentar para a regra básica de Finanças: a relação entre risco e retorno! ■

Reforma administrativa, pandemia e serviços públicos



Philippe Magalhães

Ph_magalhaes@hotmail.com

Procurador
federal

O advento da pandemia da covid-19 mostrou aos brasileiros a importância de um serviço público forte e eficiente. Vacinas foram desenvolvidas pelo Butantã e pela Fiocruz, estão salvando vidas e nos fazendo sonhar com um breve retorno à normalidade, ambas instituições públicas, ou seja, dos brasileiros. Aprendemos com pandemia que o enfrentamento de crises da magnitude da que vivemos somente é possível através do Estado, pois somente ele tem condições logísticas e jurídicas para criar um ambiente de enfrentamento real e efetivo.

No meio desse turbilhão de informações, desinformações, medo e vidas perdidas, eis que o governo apresenta famigerada PEC

32/2020 que institui mais uma Reforma Administrativa. Não há dúvidas de que o serviço público pode e deve melhorar, mas algumas perguntas ficam no ar: É o melhor momento para uma reforma? Essa reforma que está em discussão possui um texto que efetivamente melhora o serviço público? São perguntas cujas respostas ainda são obscuras. Parece que até os defensores da reforma têm medo de dizer que a administração pública ficará melhor, pois muitas vezes usam apenas a terminologia “modernização”, como se algo mais “moderno” fosse algo melhor. No fantástico mundo do imaginário popular todo servidor público tem 2 meses de férias, ganha acima do teto constitucional e se aposenta com integralidade de remuneração. Tudo mentira.

A reflexão que proponho ao leitor é a seguinte: que perfil de servidor público você espera encontrar quando for a uma

repartição pública? Você realmente acredita que retirando direitos do servidor fará com que você tenha um melhor atendimento no balcão? Você acredita que essa turma do centrão de Congresso Nacional gasta energia para melhorar a sua vida? Olha, eu sinto dizer que se você acredita nisso tudo, muito provavelmente você está um tanto quanto mal informado.

O que essa turma que domina o Congresso Nacional deseja é fragilizar o serviço público, para viabilizar que apadrinhados políticos tenham mais espaço do que já tem. Essa turma do Lira e companhia está se lixando se você fica horas numa fila de atendimento ou anos esperando uma prescrição de serviço público. Então, cidadão, fique atento à essas falsas bandeiras. Não basta o #vivaosus, seja #vivaosprofessores, #vivaospoliciais, #vivaadefesacivil...#vivaoserviçopublicoforte. ■

PARA FALAR COM A GENTE

OMBUDSMAN
ombudsman@opovodigital.com

WHATSAPP
(85) 98893 9807

E-MAIL
opinio@opovo.com.br

TELEFONES
(85) 3255 6104 ou 3255 6129